



Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA CONFERÊNCIA
INTERPARLAMENTAR SOBRE ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO ECONÓMICA
NA UNIÃO EUROPEIA**

Viena, 17 a 18 de setembro de 2018

Delegação: Vice-presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Margarida Marques (PS), bem como as Senhoras e Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Duarte Pacheco (PSD), Jamila Madeira (PS), Paulo Sá (PCP), Adão Silva (PSD) e Carla Tavares (PS).

A Delegação foi acompanhada pelo assessor da Comissão de Assuntos Europeus, Filipe Luís Xavier, e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Enquadramento

A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da Política Económica (SECG) na União Europeia (UE) realizou-se no Austria Center Vienna, de 17 a 18 de setembro de 2018, no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Austríaca da UE. Teve a presença de cerca de 200 participantes de 27 Estados-Membros, do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social Europeu, da Turquia, do Montenegro e da Noruega. A sessão de abertura contou com uma declaração inicial do Presidente do Conselho Nacional da Áustria, Wolfgang Sobotka, e da Presidente do Conselho Federal Austríaco, Inge Posch-Gruska. A conferência foi presidida por Karlheinz Kopf, presidente da Comissão de Finanças do Conselho Nacional da Áustria.

Da agenda da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da Política Económica (SECG) na União Europeia constavam os seguintes pontos:



Comissão de Assuntos Europeus

Segunda-feira, 17 de setembro

Sessão de abertura

A Conferência iniciou com o discurso de abertura proferido por **Wolfgang Sobotka**, Presidente do Conselho Nacional da Áustria, destacando que cada uma das quatro sessões se deveria concentrar num tópico que moldaria o futuro da UE. As discussões a nível parlamentar eram essenciais para garantir que as ideias e reflexões nos Estados-Membros fossem comunicadas a nível da UE. Sobotka sublinhou que o investimento, a inovação e a educação eram particularmente importantes como motores de uma Europa competitiva, tendo em conta a situação global. Os EUA, a China, a Europa e outras regiões economicamente fortes competiam entre si, mas as tarifas protecionistas e punitivas não poderiam oferecer uma perspetiva positiva para o futuro. A competitividade deveria ser projetada através da utilização de recursos próprios, como exemplo, a inovação e investimento em educação, que estabeleceriam as bases essenciais. Consequentemente, a Europa deveria ter a certeza de que poderia confiar em gerações futuras bem treinadas e instruídas. Salientou também a importância de motivar o empreendedorismo nos jovens e o interesse destes na pesquisa e na ciência, garantindo assim que a Europa continuasse a ser um motor global para o desenvolvimento.

Inge Posch-Gruska, Presidente do Conselho Federal Austríaco, sublinhou o papel do corpo político como interface entre a UE e os seus cidadãos. O Conselho Federal Austríaco e, em particular, a Comissão de Assuntos Europeus estavam muito empenhados tanto nos assuntos da UE como no exercício ativo dos seus direitos de subsidiariedade. Posch-Gruska abordou também a questão da confiança dos cidadãos na UE, que decresceu nos últimos anos, na sequência de várias crises. A fim de recuperar esta confiança, a UE deveria tornar-se resistente e à prova de crises, sem perder de vista o bem-estar dos seus cidadãos. A verdadeira força da UE residia em equilibrar os aspetos económicos e sociais, mostrando que o crescimento económico, a política de emprego e a política social andariam de mãos dadas.

O Presidente da Comissão de Finanças do Conselho Nacional Austríaco, **Karlheinz Kopf**, sublinhou que a Conferência Interparlamentar sobre o SECG se tinha tornado um

fórum bem estabelecido para o intercâmbio de experiências e opiniões entre os Parlamentos nacionais (Pn) da UE e do Parlamento Europeu, assim como dos representantes dos países candidatos.

Tematicamente, a conferência abrangia uma ampla gama de tópicos relacionados com questões financeiras, orçamentais e económicas. Diversos desafios tinham surgido como resultado da complexidade dos vários mecanismos criados após a eclosão da crise financeira em 2008. Por mais necessários que fossem esses mecanismos numa comunidade heterogénea de nações, como a UE ou numa área monetária comum, estes eram essenciais de forma a assegurar que as regras e regulamentos estivessem sujeitos a um processo de melhoria contínua e, quando possível, simplificação – evitando-se o seu enfraquecimento. Os regulamentos e números mascaravam as possibilidades, oportunidades e riscos que afetavam a capacidade da UE de se posicionar num mundo marcado pela concorrência global.

O novo Quadro Financeiro Plurianual da UE era um instrumento fundamental neste contexto e as negociações deveriam ser conduzidas com grande circunspeção em períodos de escassos recursos financeiros. Mais, salientou que a tensão entre a competitividade através da inovação, qualidade e educação, por um lado, e a pressão da competição global, por outro, tinha proporcionado a estrutura para a seleção de temas a debater nesta conferência.

Margarete Schramböck, Ministra dos Assuntos Digitais e Económicos, sublinhou que o lema da Presidência austríaca "Uma Europa que Protege" deveria não só ser entendido no contexto da segurança e combate à migração ilegal, mas também em termos de garantir a prosperidade e a competitividade. A Europa ainda era uma potência comercial líder e o maior mercado único do mundo, mas a sua influência estava a diminuir. Para sobreviver na competição global e criar as melhores condições para o sucesso das próximas gerações, seria preciso avançar na inovação e na digitalização. Por conseguinte, seria necessária uma nova política industrial na Europa, que incluísse proteções ambientais e ao consumidor, bem como uma política que esteja alinhada com os mercados globais. Realçou que eram as empresas que criavam empregos, solicitando um maior aprofundamento do Mercado Único Digital. Referiu, no entanto, que o foco devia estar na criação de condições ideais, especialmente para pequenas e médias empresas. A aquisição de competência digital era essencial para todos, sendo

consequentemente essencial reforçar as competências digitais em toda a UE. Concluiu, aludindo ao sistema de ensino profissional dual na Áustria como modelo.

Sessão 1 – Implementação de um quadro de política fiscal para a EU

A primeira sessão centrou-se na situação atual, bem como nos desafios e oportunidades para continuar a desenvolver o quadro de governação orçamental da UE.

Niels Thygesen, presidente do Conselho Fiscal Europeu, assinalou que as regras fiscais originalmente estabelecidas no Tratado de Maastricht visavam principalmente assegurar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Em particular, as mudanças que tinham sido feitas após a eclosão da crise económica e financeira global e que adicionalmente teriam permitido que medidas de política fiscal facilitassem a estabilização de curto prazo do ciclo económico.

Referiu que a zona euro se encontrava numa fase de forte crescimento desde 2017, muitas vezes superando as expectativas e levando a um alto grau de utilização da capacidade na economia. As regras fiscais atuais eram bastante flexíveis, no entanto, esse grau de flexibilidade não era o mais adequado. De acordo com Thygesen, era fulcral atuar nesse período de expansão de forma a criar reservas fiscais destinadas a fortalecer a resiliência à crise. Consequentemente, o European Fiscal Board recomendava uma orientação fiscal neutra para a zona euro, embora a previsão da Comissão Europeia (CE) fosse indicativa de uma orientação expansionista para 2018 e 2019. Thygesen advertiu ainda que essa orientação fiscal expansionista era parcialmente impulsionada pelos Estados-Membros da zona euro. Estados esses com altos níveis de endividamento.

Gottfried Haber, Vice-Presidente do Conselho Consultivo Fiscal da Áustria, também destacou a importância de uma política fiscal estabilizadora e anti cíclica, referindo que a discussão estratégica devia ir além da mera questão do cumprimento das regras fiscais. Além disso, os Estados-Membros individuais deveriam ter uma maior margem de manobra. Segundo Haber, os investimentos deveriam receber maior consideração sob as regras atuais, sem, no entanto, levar a um enfraquecimento das regras fiscais. A simplificação poderia, por exemplo, significar um foco mais forte no crescimento dos gastos do governo, sendo importante ter em mente que os indicadores nos quais as

regras eram baseadas muitas vezes só podem ser medidos aproximadamente, estando sujeitos a revisões de monta.

A discussão de um instrumento de estabilização central para a zona euro deveria ter em conta os aspetos de distribuição e, em certa medida, ser separada do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Tendo presente a definição de projetos sustentáveis a longo prazo, os Estados-Membros deveriam ter uma margem fiscal necessária para os implementar. Ao abordar o papel dos Parlamentos nacionais (Pn), Haber sublinhou a importância do quadro de política orçamental a nível subnacional e de garantir a máxima transparência em relação ao impacto fiscal das medidas legislativas.

Othmar Karas, Deputado ao Parlamento Europeu, recordou os consideráveis desafios colocados à UE pela crise financeira e económica, que foi superada com sucesso por mérito de uma ação conjunta dos Estados-Membros. No entanto, as lições da crise ainda não teriam sido aprendidas e o aprofundamento da União Económica e Monetária e a conclusão da União Bancária deveriam progredir ainda mais. Reforçou que o Semestre Europeu era fundamental para alcançar a política fiscal comum que uma União Monetária exige, sendo que os problemas eram frequentemente abordados no decurso deste, mas os Estados-Membros não implementavam suficientemente as recomendações. Por conseguinte, seria necessário reforçar o Semestre Europeu e torná-lo mais eficiente e, ao mesmo tempo, reduzir a sua complexidade. Karas recomendou que os Pn intensificassem a cooperação técnica interparlamentar que ocorre no contexto do Semestre Europeu.

No decorrer da subsequente troca de pontos de vista, várias delegações solicitaram que as regras fiscais proporcionassem uma margem de manobra suficiente para o investimento de forma a neutralizar as consequências negativas de regulamentações por vezes excessivamente rígidas. Outras delegações, por outro lado, solicitaram o cumprimento rigoroso das regras, criticando a orientação fiscal excessivamente expansionista em Estados-Membros da zona euro, tendo como pano de fundo os principais desafios que permanecem. Além disso, períodos de crescimento económico deveriam ser usados de forma a implementar as reformas estruturais necessárias. Também a importância de concluir a União Bancária foi salientada, reforçando a necessidade de uma rápida redução dos riscos remanescentes para o setor bancário. Foi salientado também que o foco deveria estar sempre nas condições de vida da

população, apelando a uma expansão e reforço do Pilar Social da União Económica e Monetária.

De referir, que quatro membros da Delegação portuguesa participaram na fase de debate (Deputados Margarida Marques, Inês Domingos, Paulo Sá e Jâmila Madeira).

A Senhora Deputada **Margarida Marques** abordou três questões concretas, sendo a primeira a questão da convergência. Referiu que a convergência constitui uma ambição da UE, mas que convergência orçamental não pode significar o aumento da divergência económica e social, conforme ocorrido em diversos países, como Portugal, na sequência da implementação de programas de controlo orçamental; ambas têm de ir a par. Recordou que, embora exista um pacto orçamental no âmbito das políticas orçamentais, não há um instrumento suficientemente forte para as políticas sociais. Neste contexto, defendeu que, em paralelo com uma estratégia de consolidação orçamental, deveria ser implementada uma estratégia de investimento forte, que incorporasse o pilar social da UE que, tendo sido adotado em Gotemburgo, não pode ser um elemento ornamental e decorativo, mas sim uma realidade. A segunda questão abordada foi a da governação da UEM. Reiterou quanto referido na intervenção do orador Niels Thygesen quanto à questão da transparência e salientou a necessidade de se encontrar um mecanismo de governação democrática, que valorize o papel dos Parlamentos nacionais, pois embora seja importante partilhar posições e aprofundar o debate, é necessário encontrar instrumentos que aumentem a intervenção parlamentar. Terminou, referindo-se ao papel do euro e reiterando a posição expressa pelo Presidente Juncker, no seu discurso do estado da União, segundo a qual é fundamental encontrar medidas, para além da conclusão da UEM, que assegurem que o euro tem um papel verdadeiramente internacional.

A Senhora Deputada **Inês Domingos**, reconheceu que a UE tomou medidas importantes para fortalecer o enquadramento fiscal, o que ajudou no caminho da recuperação económica. Referiu que, no entanto, faltam ainda elementos, nomeadamente terminar a união bancária, que reputou como crucial para a reforma fiscal da UE, na medida em que é essencial separar o risco do setor financeiro do soberano.



Comissão de Assuntos Europeus

Neste contexto, sem um esquema de garantia de depósitos, que é a atual situação, o mercado permanecerá fragmentado, o que não é desejável, de um ponto de vista económico. Acrescentou que, em termos de perspetiva política, é também fundamental demonstrar aos cidadãos europeus que a UE está disposta a tornar o sistema financeiro mais seguro e também a evitar riscos de contágio para as dívidas soberanas. Conclui, referindo que é por essa razão que o seu partido, que integra o PPE, tem pugnado, junto dos líderes europeus para a conclusão da união bancária, em particular no que concerne à implementação do esquema de garantia de depósitos, no âmbito do qual se torna pertinente um acordo sobre um calendário de implementação que todos possam aceitar.

O Senhor Deputado **Paulo Sá** começou por referir que, no decurso do processo da construção da integração económica e monetária, têm vindo a ser impostos constrangimentos sucessivos aos EM na elaboração dos orçamentos nacionais, cerceando-lhes as escolhas soberanas e impondo um modelo único liberal, que favorece a acumulação de capital, a limitação dos direitos laborais e o enfraquecimento do Estado social. Prosseguiu a sua intervenção, recordando que Portugal tem sido fortemente afetado pelas referidas restrições orçamentais, tendo sido objeto de um Programa de Assistência Económica e Financeira entre 2011 e 2014, que qualificou como um desastre, que levou o país a uma regressão económica e social sem precedentes na história recente. Explicou que, após as eleições de 2015, se tem vindo a verificar um processo de afastamento das medidas impostas pela troica, aumentando as pensões e terminando os seus respetivos cortes, bem como os cortes dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, aumentando o ordenado mínimo, revertendo privatizações e diminuindo a taxação dos rendimentos do trabalho, entre outras medidas. Como resultado, a economia portuguesa começou a crescer, o desemprego a descer e as condições de vida melhoraram, direção que, na sua opinião, deverá ser mantida, mas que esbarra, no seu caminho, com a UE e as regras do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária, que impedem o desenvolvimento económico e social e a resolução dos problemas estruturais que afetam a nossa sociedade. Partilhou, assim, que seu partido, o PCP, defende a necessidade de se estabelecer como objetivo a dissolução da UEM e a revogação do Tratado que lhe está subjacente, num processo preparado e organizado, que



Comissão de Assuntos Europeus

deverá incluir medidas de compensação e transitórias para uma nova realidade, livre da moeda única e das contradições, impasses e problemas por ela criados.

Terminou, sublinhando que esta é uma solução e não uma fuga para a frente, conforme defendido por muitos.

A Senhora Deputada **Jamila Madeira**, deu início à sua intervenção defendendo que a UE tem de debater instrumentos reais de convergência para assegurar que estes instrumentos permitem responsabilização, mas também uma convergência de qualidade de vida para os cidadãos. Neste contexto, salientou que, como membros do Parlamento e, maioritariamente, das Comissões de Orçamento, os presentes teriam a responsabilidade de colocar o orçamento ao serviço dos cidadãos, sendo o pacto fiscal um instrumento, um meio para obter esse desiderato, porque permite estabilidade, o restabelecimento de confiança e constitui um caminho para o passo subsequente, ou seja, a existência de um verdadeiro orçamento e de recursos próprios. Defendeu que a UE não pode continuar neste caminho de ter o ideal de um plano de investimento, se não tiver os seus próprios recursos ao serviço dos cidadãos, sendo impossível que continue refém de 1% do rendimento dos EM para sustentar os seus diversos objetivos, nomeadamente os do pilar social. Preconizou, para tal um novo orçamento e uma nova estratégia de recursos próprios, ao arripio da atual estratégia de cortes da atual proposta do QFP, que deixa alguns objetivos por concretizar. O plano de investimentos é já demasiadamente pequeno para os objetivos que pretendemos prosseguir, pelo que não podemos encurtá-lo ainda mais. Terminou, reiterando a ideia central da sua intervenção, defendendo a manutenção do rumo económico, com um orçamento dotado de recursos próprios e com um enfoque reforçado no pilar social, demonstrando aos cidadãos que vamos no caminho certo.

Terminado o debate, foi dada a palavra aos oradores iniciais, para resposta e comentários às intervenções.

Othmar Karas tomou da palavra para responder a algumas das questões levantadas. Elogiou o debate como particularmente positivo e orientado para os fatos. Enfatizou a importância do Pilar Social e defendeu a continuação do processo iniciado em Gotemburgo. Expressou o seu apreço pela preocupação demonstrada por algumas

delegações sobre a proteção dos direitos nacionais, mas afim de assegurar capacidades de resposta rápida, por exemplo, estabelecendo o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) como um mecanismo fiscal conjunto para a União Bancária, dever-se-ia considerar a flexibilidade do princípio da unanimidade.

Gottfried Haber referiu o amplo acordo entre as delegações presentes, no que refere à importância das regras fiscais e do investimento em pesquisa e desenvolvimento. Realçou que regras fiscais claramente definidas eram a melhor maneira de garantir uma maior margem de manobra individual possível para os Estados-Membros.

Para **Niels Thygesen**, as atuais regras fiscais altamente flexíveis eram particularmente importantes para o sucesso da gestão de crises, embora a melhoria da situação económica tivesse criado oportunidades para simplificar o marco regulatório. Concluiu, reforçando a necessidade, quando se trata da União Bancária, de uma combinação de redução de risco, por um lado, e compartilhamento de risco, por outro.

Sessão 2 – Investimento, inovação e educação como motores de uma Europa mais competitiva

Iliyana Tsanova, Diretora Executiva Adjunta do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), apresentou as atividades do Fundo. O FEIE foi criado na sequência da crise financeira e económica de 2008 de forma a canalizar investimentos adicionais para a economia. Até àquele momento, tinha gerado € 335 mil milhões em investimentos, contribuindo significativamente para aliviar a crise de crédito vivida principalmente por pequenas e médias empresas (PME). Cerca de 700.000 PME em todos os Estados-Membros da União Europeia tinham beneficiado do fundo.

De acordo com Tsanova, o grande desafio da Europa estava no financiamento de novas empresas inovadoras que exigiam novos instrumentos de financiamento. A Europa era pequena demais e fragmentada demais para que os Estados mobilizassem capital de risco suficiente. Tradicionalmente, tinha havido muita dependência de bancos e empréstimos para investimentos, tornando muitas vezes impossível transformar os resultados da pesquisa em novos produtos, afirmou. Diferentes conjuntos de regras e normas, bem como barreiras linguísticas, representavam obstáculos adicionais para empresas inovadoras e transfronteiriças. Além disso, as empresas europeias estavam hesitantes e com aversão no que concerne a novas e disruptivas ideias, realçou.

A necessidade de investimento nas principais áreas estratégicas e tecnológicas, bem como em inovação, energia e infraestrutura sustentável era certamente muito elevada. O próximo quadro financeiro plurianual abordaria certamente essas questões; no entanto, também seria necessário criar o quadro político adequado, recomendou Tsanova. Cabia aos governos nacionais remover os obstáculos burocráticos à digitalização e investir adequadamente em formação e aprendizagem ao longo da vida. A digitalização teria, sem dúvida, um impacto enorme nas nossas vidas, e era importante enfrentar os desafios que ela implicava.

Consequentemente, a UE enfrentava o desafio de superar os seus défices tecnológicos e, ao mesmo tempo, reforçar a sua própria força inovadora. Era importante aproveitar todas as oportunidades para ganhar liderança em inovação. Segundo Tsanova, a abordagem correta era combinar os 14 instrumentos financeiros totais no programa InvestEU. No entanto, a questão era em que medida certas regiões deveriam ter um desenvolvimento mais forte. No entanto, não havia alternativa à criação de vários centros regionais de desenvolvimento tecnológico - "Silicon Valleys for Europe" - disse.

A variedade de desafios que a UE enfrenta podia ser resumida no termo "modernização", segundo o Deputado ao Parlamento Europeu **Nils Torvalds**. O mundo estava atualmente no meio de uma terceira onda de modernização em larga escala, marcada pela globalização, a revolução digital e a competição internacional. A reação tinha sido a atitude generalizada de que uma boa ofensiva era a melhor defesa, disse Torvalds. Por conseguinte, todos os Estados-Membros pretendiam investir em inovação e novas tecnologias. No entanto, a UE estava confrontada com a questão de saber como superar as suas diferenças internas e como evitar que certas regiões caíam ainda mais economicamente e na educação. Para Torvalds, a resposta estava na criação de um orçamento da UE com margem de manobra suficiente, que possibilitasse os investimentos necessários de forma a alcançar o equilíbrio adequado.

Margarida Marques, Deputada portuguesa à Assembleia da República e copresidente da sessão, sublinhou que já existia consenso sobre a importância do investimento, inovação e educação. A questão que se colocava era a forma como esse consenso poderia ser desenvolvido no âmbito do quadro financeiro plurianual. Margarida Marques salientou também a necessidade de um equilíbrio regional, ou seja, o acesso de todas as regiões europeias em igualdade de condições, por

exemplo, no âmbito do programa InvestEU ou no âmbito do programa Horizon2020 ou no futuro Horizon Europe Alcançar um valor acrescentado europeu em todos os novos programas, também era essencial, afirmou.

A discussão subsequente centrou-se na questão de como os Estados-Membros da UE podem passar dos seus pontos de partida muito diferentes para uma política comum de investimento e investigação. Havia a esperança que no próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE fosse aumentado significativamente o financiamento para pesquisa, inovação e educação. Era importante, em particular para os Estados-Membros mais pequenos e economicamente mais fracos, que o futuro programa-quadro lhes proporcionasse um acesso equilibrado e equitativo ao financiamento. Isso valia para o Horizon Europe, o programa de acompanhamento do Horizonte 2020, bem como para subsídios de investimento da UE. A Horizon Europe e a InvestEU não deviam sobrepor-se, mas sim ser projetados como instrumentos complementares, instou um parlamentar. O projeto que visava a criação de um conselho consultivo da inovação na UE foi saudado na condição de proporcionar um valor acrescentado ao Conselho Consultivo de Investigação já existente. A sua missão devia ser garantir que os resultados de pesquisas inovadoras chegassem às empresas.

Houve um consenso geral sobre o fato de que a Europa precisava de uma nova política industrial, mas que seria necessário aumentar o investimento em educação e inovação. O aprofundamento do mercado único estava também ligado à questão da mobilidade. Como conclusão do debate, a UE devia falar a uma só voz se quisesse acompanhar os Estados Unidos e a Ásia na competição internacional,

Sessão 3 – Combate à Evasão Fiscal

Esta sessão apresentou as principais ações e iniciativas a nível da UE destinadas a combater a evasão fiscal, destacando os principais desafios para o futuro.

Pierre Moscovici, Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e Alfândega, iniciou a sua intervenção afirmando que o combate à evasão fiscal e à fraude fiscal é um objetivo importante para a CE. Todo e qualquer contribuinte deveria pagar o valor correto do imposto no lugar certo; isto seria essencial para a

coesão social e a estabilidade económica na UE. Saliou que muito já tinha sido conseguido neste domínio, especialmente nos últimos anos, apontando medidas de transparência fiscal (como exemplo, a troca automática de informações sobre contas financeiras e relatórios por país), medidas destinadas a prevenir o planeamento fiscal agressivo (adoção do Anti-Tax Avoidance Directive) e medidas para combater a fraude do IVA. Informou que, em dezembro de 2017, foi elaborada uma lista de paraísos fiscais que, embora não fosse perfeita, constituía um passo na direção certa.

Moscovici identificou três áreas prioritárias como objetivos importantes para o futuro. A Comissão Europeia tinha apresentado uma nova proposta para introduzir a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS), que melhoraria significativamente as condições-quadro para as empresas na UE e constituiria um instrumento eficaz de combate à prática da transferência de lucros e do abuso do sistema fiscal na UE. Outro objetivo importante, referiu Moscovici, foi a introdução de negócios digitais, que no longo prazo seriam a solução mais adequada para taxar adequadamente as empresas digitais. A terceira área prioritária foi a transição para a maioria qualificada na área de tributação, já que o atual princípio de unanimidade diminuiu significativamente o progresso.

Na sua intervenção introdutória, **Hubert Fuchs**, Secretário de Estado do Ministério das Finanças da Áustria, apontou também a importância do combate à evasão fiscal de forma a garantir um sistema tributário justo. Por conseguinte, foi também um dos objetivos da Presidência austríaca da UE avançar mais neste domínio. A Áustria desempenhava um papel de liderança, mas as medidas nesta área não podiam ser limitadas a um país, tornando essencial a cooperação a nível da UE e da OCDE. Fuchs enfatizou que muito já tinha sido alcançado nos últimos anos, onde a tributação da economia digital representava uma questão importante. Primeiramente, um imposto digital poderia ser introduzido; noutra fase, o objetivo seria o estabelecimento de premissas comerciais digitais. Fuchs concluiu, afirmando que a introdução da MCCCIS era uma meta importante para o futuro da UE.

Hans Michelbach, membro do Bundestag alemão, que co-presidiu esta sessão com Karlheinz Kopf, elogiou o foco da Presidência austríaca nesta área. Realçou a importância da justiça fiscal na garantia de coesão nas sociedades democráticas e na prevenção dos danos causados às empresas locais que pagam os impostos

corretamente. Acolheu com satisfação as medidas já implementadas e, ao mesmo tempo, solicitou uma avaliação da sua eficácia.

Durante a troca de pontos de vista entre os parlamentares, houve amplo consenso de que o combate à evasão fiscal era um objetivo importante e que seriam necessárias outras ações nessa área. O objetivo mencionado por Moscovici de abolir o princípio da unanimidade em questões tributárias foi bem recebido por alguns parlamentares, embora alguns destacassem a dificuldade da sua implementação. Foi solicitado à Comissão que fizesse uma avaliação das medidas implementadas até à data. Foi solicitado também mais atenção para a fraude do IVA no comércio eletrónico. Alguns parlamentares mencionaram também que a reforma tributária adotada recentemente nos EUA exigiu uma resposta coordenada da União Europeia sobre a questão da tributação das empresas.

A fase de debate contou com a participação de dois membros da Delegação portuguesa.

A Senhora Deputada **Margarida Marques** agradeceu ao Comissário **Moscovici** a apresentação das diversas iniciativas adotadas pela Comissão Europeia, salientando o facto de, muitas delas, se encontrarem pendentes no Conselho. Neste contexto, abordou a questão da unanimidade, que limita a tomada de decisão, fundamental na área fiscal, defendendo que a transição para a regra da maioria, como sugerido pelo Comissário Europeu acelera efetivamente os processos de decisão – que todos criticam o facto de ser muito lento - e aumenta o papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais. Referindo-se ao trabalho das várias instituições europeias, bem como da OCDE, com vista ao aumento da transparência fiscal, sublinhou a necessidade de o respetivo impacto ser medido e indagou sobre a existência de avaliações de impacto das referidas medidas, nomeadamente as concernentes ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento de atividades

Quanto ao Senhor Deputado **Duarte Pacheco**, começou por sublinhar que o combate à fraude e evasão fiscal é um dever de todos os políticos e que, em Portugal, durante os últimos 15 anos, se registara muito trabalho nesse sentido, alterando leis, criminalizando a evasão fiscal e investindo muito em informatização da administração fiscal. Saliou o papel dos parlamentares neste processo e referiu que o Parlamento português debateria, no dia seguinte, com o

Secretário de Estado das Finanças, o conteúdo do Relatório anual sobre o combate à fraude e evasão fiscais. Continuou, aludindo ao facto de que um verdadeiro combate à fraude e evasão fiscais implica que os cidadãos sintam que o sistema é justo p que, a seu ver, não é o caso. Com efeito, as pessoas sentem que as grandes companhias alteram as suas sedes só para evitar a tributação, enquanto as pequenas não têm essa capacidade, o que aumenta o apelo à evasão. Neste contexto, um verdadeiro mercado interno exige harmonização das condições fiscais no que concerne à taxação das empresas. Terminou a sua intervenção, questionando o que se aguarda para a conclusão dessa harmonização.

Na fase de resposta às questões colocadas, **Pierre Moscovici** agradeceu aos oradores, expressando a sua confiança em que é possível um maior progresso, uma vez que existia visivelmente a vontade política para o fazer. Concluiu que as medidas implementadas até ao momento tinham funcionado bem; A introdução da MCCCIS era particularmente importante para o futuro, concluindo com uma visão positiva da publicação dos relatórios por país. **Hubert Fuchs** realçou que a MCCCIS teria de estar conexas com taxas mínimas de impostos, defendendo a publicação dos relatórios individualmente, por Estado-Membro, pois poderia gerar pressão pública. **Hans Michelbach** também se mostrou confiante de que mais progressos eram possíveis, pois a questão era do interesse de todos os Estados-Membros. Um imposto digital deveria ser introduzido rapidamente, mas era importante ter presente que este devia ser aplicado principalmente a grandes empresas digitais e não a pequenas e médias empresas.

Sessão 4 – Digitalização e o seu impacto no emprego

Milena Angelova, Vice-Presidente do Comité Económico e Social Europeu, chamou a atenção para as mudanças rápidas e fundamentais no local de trabalho provocadas pela digitalização. Era necessária uma ação concertada de forma a gerir essas mudanças; a digitalização e a automação destruíam trabalhos, mas também criavam novos e transformavam fundamentalmente muitos perfis de trabalho. Cabia aos Estados-Membros, aos parceiros sociais e às instituições da UE moldar esta transformação em benefício da mão-de-obra.

O número de empregos de baixa e alta remuneração estava a aumentar, enquanto o segmento médio estava a decrescer, disse Angelova. A digitalização podia trazer novas liberdades e oportunidades para os trabalhadores, mas também podia levar à redução da qualidade do emprego, carreiras fragmentadas e menos proteção social.

Angelova destacou a necessidade de adaptar as práticas de negociação coletiva e mudar os sistemas de educação e formação para acomodar essa nova realidade digital. Um desequilíbrio crescente já podia ser visto na medida em que muitas pessoas estavam à procura de emprego, enquanto os empregadores mantinham dificuldades em encontrar funcionários qualificados. Ao mesmo tempo, no entanto, as habilitações existentes não estavam sendo suficientemente aproveitadas.

Por essa razão, Angelova acreditava que uma mudança de paradigma na educação era indispensável; solicitou uma campanha de formação profissional que não deixaria ninguém para trás. O sistema educacional devia conectar mais estreitamente a educação e o emprego, e permitir a aprendizagem ao longo da vida. Em vez da aprendizagem mecânica das informações praticadas no passado, agora era cada vez mais importante promover habilidades sociais, como a resolução de problemas e o pensamento crítico.

O Comité Económico e Social Europeu tinha dedicado especial atenção à melhor forma de aproveitar as oportunidades da digitalização. Para Angelova, era imperativo que o modelo social europeu fosse mantido e que a digitalização fosse um fator que lhe permita continuar a funcionar. Por isso, era importante continuar a priorizar as pessoas. Concluiu, afirmando que, essencialmente, a UE e os seus Estados-Membros já disponham dos instrumentos necessários para tomar as decisões políticas relevantes.

Maria João Rodrigues, membro do Parlamento europeu, destacou que a revolução digital tinha começado a afetar todas as áreas de nossas vidas. As cadeias de produção e fornecimento eram cada vez mais dominadas pela inteligência artificial. O local de trabalho tinha passado por enormes transformações, como, por exemplo, com plataformas digitais que criam novas oportunidades de emprego atípicas. Isso significava que mais e mais pessoas ficaram sem as proteções sociais e trabalhistas apropriadas. A Europa devia enfrentar estes desafios. "Uma Europa que Protege", para citar o lema da presidência austríaca da UE, também incluía proteções sociais. Não devíamos permitir que uma parcela da força de trabalho caísse nas falhas do sistema social devido à digitalização do local de trabalho.

Concluiu, afirmando que as respostas da CE a estas mudanças, estariam já em curso e que esta estava atualmente a trabalhar numa proposta para uma nova diretiva de direito do trabalho. Segundo Rodrigues, a resposta à questão de como financiar proteções sociais abrangentes para o século 21 devia ter como base alterações nos sistemas tributários atuais. Realçou a importância de um imposto digital, afirmando o seu convencimento de que o financiamento de um sistema social para todos era possível se os grandes participantes contribuíssem com sua parte.

Durante o debate, houve um consenso entre os parlamentares presentes de que já estavam a decorrer mudanças de grande alcance no mundo do trabalho e no mercado de trabalho, em resultado da digitalização, robótica e inteligência artificial. Os efeitos refletiam-se numa organização cada vez mais flexível do tempo de trabalho e no aumento das formas atípicas de emprego e trabalho a tempo parcial. Houve também concordância de que esse desenvolvimento requeria novas estratégias políticas.

Uma questão-chave para os parlamentares foi como os sistemas sociais e previdenciários poderiam ser garantidos no longo prazo. A digitalização não podia ser um fim em si mesma, mas devia garantir os direitos dos trabalhadores e o acesso ao sistema social para todos. Vários parlamentares apontaram os riscos que a digitalização implica, como o acesso desigual a recursos digitais, o esvaziamento dos direitos sociais dos trabalhadores e o agravamento das condições de trabalho.

Por fim, houve consenso que todas as áreas da sociedade, não apenas a formulação de políticas, precisavam trabalhar conjuntamente para explorar o potencial da digitalização de forma a amortecer seus impactos negativos. Por esse motivo, os parceiros sociais continuavam a ser relevantes, muitos salientaram. Concluiu-se que os sistemas educacionais deveriam ser capazes de ensinar aos jovens as capacidades e habilitações necessárias de forma a sobreviver no ambiente de trabalho digital. A aprendizagem ao longo da vida também devia fazer parte da resposta, sendo essencial evitar dividir a sociedade e criar um fosso digital a todo o custo, seja no acesso à educação, assegurando a cobertura para as áreas rurais ou permitindo a igualdade de oportunidades.

No âmbito do debate registaram-se as intervenções de três membros da Delegação da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A Senhora Deputada **Margarida Marques** sublinhou uma dimensão importante da digitalização, ou seja, a coesão social. Referiu que a digitalização tem de ser inclusiva, sendo necessário um esforço acrescido na educação e formação a todos os níveis. Inclusiva também no que concerne aos direitos sociais. Quanto às relações de trabalho, elas divergem consideravelmente quando as plataformas digitais estão envolvidas. Neste contexto, os riscos têm de ser identificados e combatidos, devendo-se garantir que os direitos sociais, bem como a sociedade democrática, que constituem dimensões-chave da UE, são respeitados.

Quanto ao Senhor Deputado **Adão Silva**, recordou que o mercado de trabalho está a sofrer grandes transformações, com a introdução da robótica, da inteligência artificial e da digitalização, fatores que contribuem para uma verdadeira transformação do emprego. Tendo o mercado de trabalho uma correlação especial com a proteção social, nomeadamente com o sistema de pensões, coloca-se a questão de tentar perceber como as transformações ocorridas no mercado de trabalho se vão refletir na transformação do sistema social, em particular o de pensões. Neste contexto, o interveniente deixou três questões, a saber: como vamos financiar os sistemas após todas estas transformações; como garantir que os EM não vão estar sozinhos a enfrentar este desafio, mas sim enquanto membros de uma união política; que transformações são esperadas às estruturas correntes da segurança social, nomeadamente em países como Portugal onde vigora, principalmente, o esquema de repartição, altamente dependente do mercado de trabalho.

A Senhora Deputada **Carla Tavares** começou por sublinhar que se encontra demonstrado que a educação e a formação são as melhores apostas para o futuro, mas que, na nova era digital, a educação e formação têm de englobar estratégias para enfrentar os novos desafios. Com efeito, esta nova era pode ter impactos negativos no mercado de trabalho, que têm de ser antecipados e contrariados. Se, por um lado, o digital significa progresso desenvolvimento e competitividade aumentada, por outro, não pode ser ignorado que pode acarretar a degradação das condições de trabalho, causando insegurança no emprego, o que, de acordo com a oradora, constitui um perigo que não nos podemos dar ao luxo de ignorar, sendo necessário estarmos vigilantes e sermos capazes de antecipar as consequências



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

negativas desse impacto, minimizando-as. Neste contexto, defendeu ser de fundamental importância fortalecer o pilar europeu dos direitos sociais, devendo o mesmo ser implementado em todos os EM, nomeadamente através da adoção de medidas legislativas - que reputou de urgentes - para garantir a obrigatoriedade e a universalidade dos direitos sociais, como a proteção no desemprego, na doença e na parentalidade para todos os trabalhadores da UE, ainda que sejam trabalhadores por conta própria. Mencionou ainda o impacto da digitalização na igualdade de géneros pois, de acordo com diversos estudos, serão os postos de trabalho ocupados por mulheres os mais afetados pela digitalização e automatização de processos, o que vai aumentar o fosso entre géneros já existente, sendo importante que a UE antecipe e combata esta questão.

Karlheinz Kopf encerrou a conferência.

A documentação disponibilizada na Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da Política Económica (SECG) na União Europeia (UE) encontra-se disponível para consulta no sítio da Dimensão Parlamentar - SECG em: <https://www.parlament.gv.at/ENGL/EU2018/WIPOCONF/>

Palácio de São Bento, 31 outubro 2018

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

(MARGARIDA MARQUES)